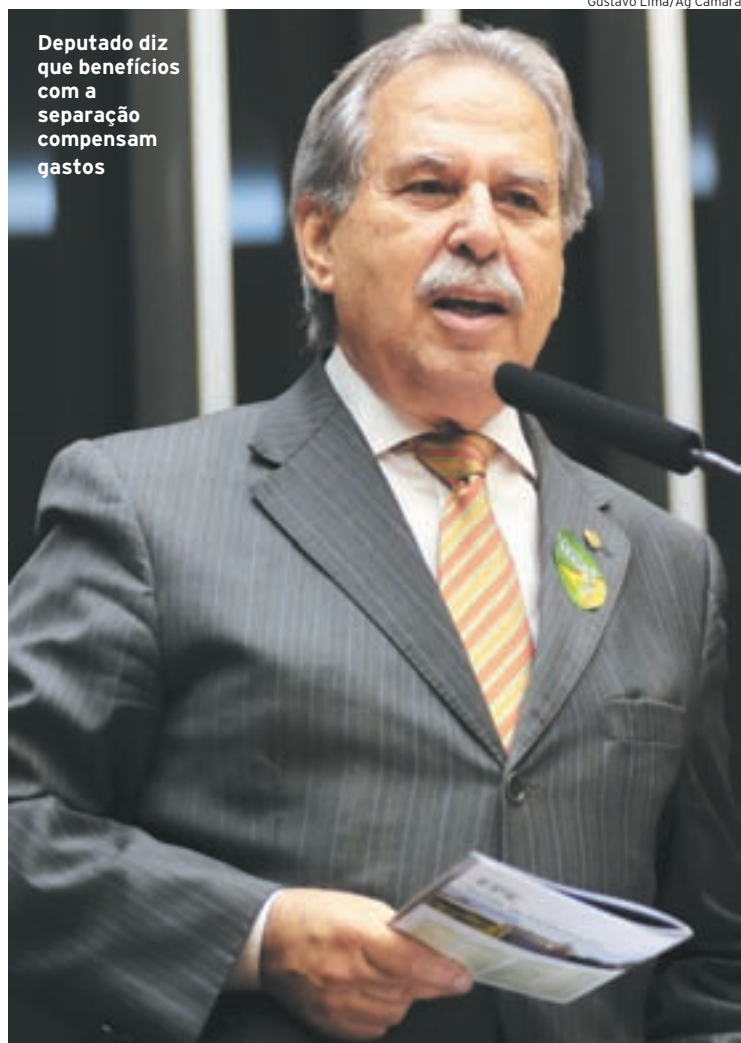


# Parlamentares têm listas de prós e contras sobre divisão de estados

Críticos alegam desestabilização regional e altos custos. Quem é a favor diz que assistência social seria mais eficaz



Deputado diz que benefícios com a separação compensam gastos

Gustavo Lima/Aq Camara

“

O Tocantins chegou a 5.010 quilômetros de rodovias pavimentadas em 20 anos. O Pará tem 5 mil em mais de 100 anos de história

Giovanni Queiroz, deputado federal (PDT-PA)

“

Com a criação de dois novos estados, as mineradoras e o agronegócio teriam o controle direto da região. Defendo o plebiscito, mas sou contra a divisão

Marinor Brito, senadora Psol-PA



Cristina Gallo/Aq Senado

Senadora é uma das poucas políticas do Pará a se declarar contra divisão

Ruy Barata Neto  
rneto@brasileconomico.com.br

Autor do projeto de Decreto Legislativo 159-B/1992, que cria o estado de Carajás, o deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA) é um árduo defensor de novas unidades federativas na Amazônia. Para ele, dividir os territórios é uma forma de aproximar o Estado de regiões do interior e de resolver as mazelas sociais da região. Após deixar a prefeitura de Conceição do Araguaia, no sudeste do Pará — depois de mandato de seis anos entre 1977 e 1983 —, Queiroz conseguiu desmembrar a área de 31 mil quilômetros quadrados, extensão equivalente a do estado de Alagoas, em quatro novos municípios. “A gestão era quase impossível porque os custos administrativos para atender uma cidade naquela dimensão eram muito altos”, afirma.

O deputado sempre usa esse exemplo como argumento para o desmembramento do Pará, cuja extensão é de 1,2 milhão de quilômetros quadrados. “Não há governador, por melhor que seja, que consiga atender as demandas do interior.”

Para reforçar sua defesa separatista, Queiroz busca compara-

ções com os resultados socioeconômicos apresentados pelo Tocantins — desmembrado de Goiás em 1988. “O Tocantins chegou a 5.010 quilômetros de rodovias pavimentadas em 20 anos. O Pará tem 5 mil quilômetros em mais de 100 anos de história”, diz o deputado.

Ele atribui à má fama dos políticos os receios em torno dos gastos necessários para a criação dos novos estados. “Há um natural preconceito com a classe política”, afirma. “Diante dos benefícios, os gastos para implementação e manutenção das novas unidades federativas seriam baixos”. Queiroz cita estudo do economista Rogério Boueri, que estima aplicação de cerca de R\$ 1 bilhão para a formulação de cada novo estado. Segundo o deputado, o valor seria baixo se comparado as receitas geradas. “Se você tiver receita para isso, o gasto de R\$ 1 bilhão é muito pouco”, diz.

Queiroz diz que Carajás nasceria com um Produto Interno Bruto da ordem de R\$ 19 bilhões. No ano passado, junto ao Fundo de Participação dos Estados, o Pará obteve R\$ 2,385 bilhões. “Metade do dinheiro é suficiente para tocar um estado do Carajás ou do Tapajós com folga.” ■

## ARGUMENTOS

- Para o deputado Giovanni Queiroz, autor da projeto de lei que cria o estado de Carajás, nova unidade federativa nasceria com PIB de R\$ 19 bilhões.
- Custo de implantação de um novo estado é estimado em R\$ 1 bilhão pelo economista Rogério Boueri. Para defensores de novas unidades, receitas compensam os gastos.
- Para críticos do projeto, custos para dividir estados precisam passar por análise de viabilidade financeira.
- Outro argumento contra novos estados é de que oligarquias locais sairiam beneficiadas.

Pedro Venceslau  
pvenceslau@brasileconomico.com.br

A criação dos estados de Tapajós e Carajás deformaria totalmente a União e só serviria aos interesses das oligarquias locais. Com esses argumentos, o Partido Socialismo e Liberdade (Psol) foi o único da Câmara dos Deputados a votar contra o plebiscito marcado para o final do ano. “Seriam mais oito deputados e três senadores em cada um dos estados. Quem arcaria com esse custo seria o Tesouro Nacional”, afirma o deputado Ivan Valente (Psol-SP), acrescentando ainda que a divisão do Pará em mais dois estados serviria aos interesses e mineradoras e madeireiras locais.

A mesma opinião é compartilhada pela senadora Marinor Brito (Psol-PA). Apesar de ter nascido na região do Tapajós, ela é uma das poucas políticas da região que não ficam em cima do muro. “Com a criação de dois novos estados, as mineradoras e o agronegócio teriam o controle direto da região. Defendo o plebiscito, mas sou contra a divisão”, diz Marinor.

Outra voz crítica em relação a mudança é a do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

“Não considero que, neste momento, seja adequado criar um estado com mais uma Polícia Civil e uma Militar, Assembleia Legislativa, mais três senadores e mais deputados federais. A subdivisão deveria ser objeto de estudos mais aprofundados, inclusive de viabilidade financeira”, afirma o tucano. Há também entre os senadores quem defenda que o Ministério do Planejamento seja consultado sobre o custo da criação de dois novos estados. “No futuro, se houver aprovação popular, teremos que discutir melhor”, diz o senador Demóstenes Torres (DEM-GO).

## Desequilíbrio regional

Outro argumento usado contra a criação dos dois estados diz respeito à economia local. “Carajás teria uma arrecadação maior, um PIB per capita alto e se converteria em um enclave na região. Já o Pará se transformaria em um estado de serviços. Seria trágico”, afirma o cientista político Edir Veiga, professor do curso de mestrado da Universidade Federal do Pará. Procurada pela reportagem, a Vale, uma das principais investidoras da região, não se pronunciou até o fechamento desta edição. ■